

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Clio, série História do Nordeste, é dedicado à História da Família, um campo de investigação que vem, desde as décadas de 1970 e 1980, exercendo forte atração sobre os historiadores. O ritmo das publicações nesta área, bem como o nível do aprofundamento das pesquisas desenvolvidas nos diferentes espaços e tempos históricos do Brasil, são indicadores de que a História da Família vem, nas últimas três décadas, se consolidando como profícuo território de pesquisa.

A escolha do dossiê Família & Famílias deve-se, em primeiro lugar, à observação feita pelos historiadores de que na historiografia da família no Brasil há uma carência de estudos sobre as relações familiares no Nordeste Brasileiro. Esta constatação vem acompanhada de certa perplexidade, tendo em vista o papel de destaque desta região no cenário político e econômico do Brasil, sobretudo durante o período colonial. Também é apontado o fato de ser do pernambucano Gilberto Freyre o conceito de família patriarcal, primeira construção teórica para a família colonial no Brasil.

É evidente que tais observações são procedentes, pois o volume das pesquisas desenvolvidas nesse campo não corresponde à importância da família nos diferentes espaços nordestinos e nos diversos campos das relações sociais, mesmo após a Independência, quicá até na atualidade.

Foi tomando esta observação dos historiadores como uma cobrança de caráter provocativo que o Programa de Pós-Graduação em História decidiu por este dossiê no presente número da *Clio*. Se por um lado o objetivo é divulgar alguns pesquisadores que vêm se dedicando ao estudo da família no Nordeste, por outro, busca despertar o interesse de novos pesquisadores por esta área do conhecimento de nossa história.

Para atender esta proposição, os autores com que seus estudos constituem esse dossiê *Família & Famílias* tomam como objeto de pesquisa a família no Nordeste. Vale salientar que entre eles se encontram brasileiros e estrangeiros e que entre os primeiros não há apenas nordestinos ou pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa do Nordeste. Esta pequena amostra evidencia que a família nordestina vem, de fato, despertando o interesse de estudiosos de diversas procedências.

Este dossiê conta com a participação de Maria Beatriz Nizza da Silva, que se destaca na historiografia não apenas pelo seu pioneirismo no estudo sobre a família na América Portuguesa; é principalmente no volume e rigor teórico e metodológico de sua obra que se assenta o respeito dos historiadores e demais cientistas sociais interessados na sociedade brasileira.

O artigo com que nos brinda aqui é mais uma prova da relevância da pesquisa desta lusitana que fez do Brasil seu campo de investigação. O estudo de caso que apresenta, referente a um fato ocorrido na cidade de Salvador, retrata a condição da mulher casada na Colônia. Esta se achava sujeita à reclusão como punição pelos crimes que lhes são imputados pelo próprio marido. Também é revelador de que diante deste fato restava à mulher duas opções: submeter-se à vontade do marido ou enfrentar uma guerra por sua liberdade. No segundo caso, usando de astúcia, poderia usar “as escassas armas à disposição, como petições, tentativa de divórcio, ajuda de poderosos e mesmo um comportamento francamente transgressor”.

Porém, talvez a mais importante contribuição deste estudo esteja no fato da autora alargar as perspectivas do papel da família no mundo atlântico. Isto porque, como ela mesma afirma no texto, “as relações conjugais no Antigo Regime não pertenciam apenas à esfera privada e os conflitos implicavam em última instância em recurso à Coroa

para sua resolução, sempre com as informações e os pareceres das autoridades locais, civil e eclesiástica”.

É nesta linha de compreensão que George Félix Cabral de Souza apresenta as características das relações de parentesco e das estratégias de atuação das famílias que ocuparam com maior frequência os principais cargos da Câmara Municipal do Recife entre 1710 e 1882. Ele parte da premissa de que o conhecimento do papel da família e das redes familiares é imprescindível quando se pretende compreender a dinâmica interna do império colonial português. No caso do Brasil, as redes familiares tiveram papel relevante, maximizado nos grandes centros comerciais, onde em geral estavam as instâncias político-administrativas decisórias.

Para este historiador, a identificação das redes de parentesco locais e a sua inserção na rede de poder é passo fundamental para a compreensão de vários aspectos sociais e políticos da Colônia e de sua relação com a “cabeça do império”.

O texto *Famílias Brasilas: Pernambuco e a mestiçagem – séculos XVI – XVII*, de Suely Creusa Cordeiro de Almeida e Gian Carlo de Melo Silva, segue a linha da importância do estudo da família para o entendimento do processo de formação da sociedade brasileira no período colonial. Seus autores tomam por base os registros de casamento realizados no Recife. A análise destaca a constituição de famílias sob o signo da mestiçagem étnica e cultural que confere à sociedade brasileira ineditismo e singularidade. Neste contexto social, a mestiçagem foi um fator que abrandou as tensões entre a lei e as necessidades cotidianas, seja no plano político-administrativo e no social. Atendia às pretensões no âmbito do religioso, da aspiração social dos colonos e no exercício do controle da sociedade.

No conteúdo da matéria é destacado o casamento cristão, vínculo de legalização e sagração das famílias. No conjunto dos casamentos analisados sobressaem as uniões plurais que deram origem a vários tipos de famílias. São famílias constituídas por pessoas de diferentes etnias e por vários tipos de mestiços. Foram essas pessoas que fizeram da população recifense um “verdadeiro caleidoscópio de peles e cultura”, que formavam unidades familiares cujos membros se engajavam na sociedade através da opção pelo casamento.

A historiadora Linda Lewin nos brinda com um artigo, originalmente publicado no *Journal of Latin American Lor*, sobre a figura do “Grande Romano” na Escola Teixeira, na Paraíba, utilizando-se de fontes cartoriais e relatos orais de histórias familiares.

Em seu artigo, a historiadora Miridan Britto Falci, fundamentada na história demográfica, apresenta um estudo comparativo entre trabalhos referentes à família escrava, tomando como ponto de partida suas pesquisas entre a população cativa no Piauí. Este exercício veio confirmar que para áreas como Minas Gerais e Piauí, onde desenvolveu-se uma economia voltada para o mercado interno, “a nomenclatura de família escrava passa por parâmetros sociais, culturais, talvez até políticos, que sobrepujam os conceitos biológicos”. Devido a aspectos específicos, nelas houve “condições de formar grupos familiares em sua escravaria”.

O texto da historiadora Antonia da Silva Mota contempla o cotidiano e a cultura material dos habitantes de São Luis do Maranhão no início do século XIX, portanto, após a intervenção do Ministério Pombalino, quando a cidade já contava com uma população de doze mil habitantes.

A partir do patrimônio material das famílias, a autora faz uma reconstituição do sistema produtivo desta região, identificando as atividades de exportação, incluindo os processos de beneficiamento dos produtos que agregavam valor a essas mercadorias. Também faz a recomposição das atividades que davam sustentação às unidades de produção.

Contudo, é no resgate da maneira de viver e de ser desse maranhense que a autora apresenta a grande contribuição para a história da região. No mesmo corpus documental resgata os indicadores das condições da vida desses colonos. As descrições das casas residenciais e dos bens que compunham o aparelhamento das mesmas são reveladoras do nível de conforto de seus habitantes, seja na ocasião das refeições, no repouso e até no lazer.

O conhecimento dos espólios patrimoniais permite, primeiro, a constatação de que em São Luis as famílias de grandes fortunas conviviam com as que lutavam na linha da sobrevivência e até da indigência. Nesta cidade, o refinamento convivía com o rústico face a

precariedade dos bens. Em segundo lugar, deixa claro que as famílias afortunadas, fundamentalmente de brancos e seus descendentes, se mantinham encastelados em sua cultura européia e que as famílias de médias posses e até mesmo as pobres também buscavam aquele padrão de vida e de consumo.

Marisa Tayra Teruya participa neste número da *Clio* com um artigo que trata da historiografia da família de elite no Brasil. Sua análise tem por base as matrizes conceituais e as mudanças de perspectivas teóricas observadas na produção do conhecimento histórico sobre as relações familiares nas camadas hegemônicas da sociedade brasileira.

Este dossiê se encerra com uma apresentação dos estudos que abordam a família no Nordeste do Brasil. Neste rol, foram incluídas as dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com o intuito de evidenciar que a história da família no Nordeste vem sendo objeto de interesse entre os novos historiadores.

Nós que organizamos este número agradecemos a todos os articulistas por sua prestimosa colaboração. Estamos certos, pelo nível de seus trabalhos, que a *Clio*, mais uma vez, oferece à comunidade de historiadores uma importante contribuição.

Tanya Maria Pires Brandão.